



# A política dos EUA para as mudanças climáticas: análise da saída do Acordo de Paris

*US policy on climate change: an analysis of the withdrawal from the Paris Agreement*

Helena Margarido Moreira<sup>1</sup>

Jefferson dos Santos Estevo<sup>2</sup>

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2017v14.n3.p32](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n3.p32)

Recebido em 29/08/2017  
Aceito em 12/03/2018

## Resumo

*Este artigo analisa as razões domésticas para a saída dos EUA do Acordo de Paris, a partir de uma perspectiva histórica da política climática do país e do regime internacional climático. Consideramos o ceticismo de Trump, a influência de grupos domésticos e uma rejeição geral do governo ao multilateralismo elementos para compreendermos esta decisão.*

**Palavras-chave:** *EUA; mudanças climáticas; Donald Trump; Acordo de Paris.*

## Abstract

*This article aims at analyzing the domestic motives for the US withdrawal from the Paris Agreement, from a historical perspective of both the US climate policy and the climate regime. We consider that Trump's skepticism, the influence of domestic groups, and a general rejection of government to multilateralism are elements in understanding the decision to withdraw.*

**Key words:** *USA; climate change; Donald Trump; Paris Agreement.*

1. Doutora em Geografia Humana (USP) e pesquisadora associada do Instituto de Pesquisa em Meio Ambiente, Segurança Energética e Desenvolvimento Sustentável (AMENDS). E-mail: [helenamargarido@gmail.com](mailto:helenamargarido@gmail.com). Orcid: [0000-0002-0367-4671](https://orcid.org/0000-0002-0367-4671)

2. Doutorando pela Unicamp em Ciências Sociais, Mestre em Relações Internacionais Unesp (San Tiago Dantas) e bolsista CAPES de pesquisa. E-mail: [j.s.estevo@gmail.com](mailto:j.s.estevo@gmail.com). Orcid: [0000-0002-1249-3493](https://orcid.org/0000-0002-1249-3493).

## Introdução

As mudanças climáticas são hoje parte importante da agenda internacional, que começou a ser formada a partir das evidências científicas coletadas e publicadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). O último relatório do IPCC confirma a influência das ações humanas na mudança do clima, que os riscos são irreversíveis, e que medidas devem ser tomadas para a não elevação da temperatura global em mais de 2 °C, comparada ao nível pré-industrial (INTERNATIONAL PANEL CLIMATE CHANGE, 2014).

As negociações climáticas, que tiveram início há mais de vinte anos, levaram à adoção do Acordo de Paris em 2015 e à sua entrada em vigor em 2016. O Acordo aponta um novo modelo de contribuição dos países, não mais com imposição de metas e prazos para o cumprimento, mas com contribuições voluntárias, determinadas por cada país de acordo com as suas especificidades nacionais, que compõem as Contribuições Nacionalmente Determinadas (Intended Nationally Determined Contributions, sigla em inglês) (VICTOR, 2016). Todos os países-membros da Convenção do Clima (exceto Síria) assinaram o acordo, um esforço global no combate às mudanças climáticas. Em junho de 2017, após uma campanha e discursos que invalidaram as evidências científicas, o presidente norte-americano Donald Trump anunciou a retirada dos EUA do Acordo, causando reações imediatas da comunidade internacional e de diversos atores domésticos.

Este artigo trata das causas internas desta decisão, frente à atuação dos EUA no regime internacional de mudanças climáticas. Na primeira parte do artigo, fazemos uma explanação breve da construção do regime internacional de mudanças climáticas, para em seguida traçarmos um retrospecto da política climática dos EUA durante os governos

George W. Bush e Barack Obama, identificando elementos domésticos que se refletiram nas decisões internacionais, as mudanças e o processo que levou a um maior comprometimento do país com relação aos compromissos globais de combate às mudanças climáticas. Na terceira parte do artigo, buscamos compreender os fatores que levaram à tomada de decisão e à mudança da política com o início do governo Trump, em 2017, culminando com a retirada dos EUA do Acordo de Paris em junho de 2017.

O artigo tem como base uma revisão de literatura sobre o tema, buscando identificar as razões domésticas para a tomada da decisão de retirar os EUA do Acordo de Paris e entender de que forma o país se posicionou historicamente no regime internacional de mudanças climáticas. Para isso, partimos da leitura de artigos acadêmicos e documentos oficiais, como o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e o próprio Acordo de Paris. À guisa de conclusão, consideramos que a posição de Trump quanto ao regime internacional de mudanças climáticas pode ser atribuída à sua postura negacionista com relação às evidências científicas das mudanças climáticas, a interesses domésticos contrários ao combate ao aquecimento global e suas consequências (como o próprio Congresso Nacional, indústrias ligadas à exploração de combustíveis fósseis, e parte da opinião pública e do Partido Republicano) e também à uma rejeição geral ao multilateralismo e isolacionismo da política externa atual dos EUA, colocando os temas de proteção ambiental e combate global às mudanças climáticas fora da agenda doméstica e externa do país.

## A construção do regime internacional de mudanças climáticas

O debate em torno das mudanças climáticas, em um primeiro momento, parece tratar-se de um

problema ambiental, um fenômeno físico que deve ser observado e quantificado. No entanto, cada vez mais a sociedade vem sendo confrontada com as consequências e causas desse fenômeno físico. Mike Hulme (2009) afirma que as mudanças do clima estão longe de serem simplesmente mudanças físicas, e sim uma ideia que vai além de suas origens nas Ciências Naturais, pois ela encontra na sua dinâmica o mundo da política, da economia, da cultura, do comércio, da religião, da mídia, adquirindo novos significados e servindo a novos propósitos.

Por se tratar de um problema extremamente complexo e interdisciplinar, no qual causas e consequências abrangem uma enorme variedade de áreas do conhecimento e de atuação das sociedades, as mudanças climáticas exigem, para o seu enfrentamento, o envolvimento de distintos atores do sistema internacional para a formação e manutenção de um acordo ambiental que seja efetivo.

Os esforços da comunidade mundial no combate às mudanças climáticas tiveram início com a elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), aberta para assinaturas na presença de 178 Estados reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992. A Rio 92 inaugurou o ciclo das grandes conferências temáticas realizadas no âmbito das Nações Unidas durante a década de 1990, e apesar de se dedicar essencialmente às questões ambientais, não perdeu o seu enfoque social, que também permeou as grandes conferências internacionais que se seguiram (LINDGREN ALVES, 2001).

Este contexto de emergência do multilateralismo, que propiciou ainda o desenvolvimento de estudos teóricos sobre a cooperação e os regimes internacionais<sup>3</sup> foi o que incentivou a busca por uma

maior regulação dos assuntos globais e, portanto, o surgimento do regime internacional de mudanças climáticas. Este é um dos regimes mais abrangentes, pois abarca uma série de questões relevantes, como o uso da energia, o aquecimento global e a uso da terra, inter-relacionando economia, meio ambiente e política internacional.

A Convenção do Clima entrou em vigor em 1994, e foi elaborada com o objetivo de se alcançar certo grau de ordem, previsibilidade e cooperação no campo das mudanças climáticas, sendo o núcleo central da formação do regime internacional de mudanças climáticas. No texto final da Convenção, fica claro o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre aos mesmos níveis do ano de 1990. Para atingir seu propósito, a Convenção estabeleceu compromissos distintos para cada grupo de países. Desse modo, os signatários da Convenção-Quadro foram divididos em dois grupos. O primeiro, denominado países Partes do Anexo I, engloba os países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE – e os países industrializados ex-comunistas em transição para a economia de mercado, que possuem compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa. O segundo grupo, denominado países Partes Não Anexo I, agrega os países em desenvolvimento, que não possuem obrigações de redução, mas ficam obrigados a elaborar inventários nacionais de emissões de carbono (VIOLA, 2003).

A Convenção trouxe ainda a proposta de que fossem realizadas conferências frequentes sobre o clima para monitorar os progressos obtidos e revisar as medidas tomadas para reduzir a emissão global de GEE: a Conferência das Partes (COP), que ficou responsável por adotar decisões e estabelecer os meios de implementação das metas definidas através das reuniões anuais. Dessa forma, após intensas negociações, foi assinado, em 1997, na COP 3, o

3. Krasner (1982, p.185) define um regime internacional comum “conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma área específica” das relações internacionais.

primeiro acordo global de combate às mudanças climáticas, o Protocolo de Quioto (*Kyoto Protocol-KP*), que estabeleceu metas de redução de emissão de gases de efeito estufa e mecanismos adicionais de implementação para que estas metas sejam atingidas. O primeiro período de compromissos do KP estabeleceu uma redução de 5% nas emissões de GEE para os países do Anexo I entre os anos de 2008 e 2012, que não contou com a participação dos EUA. O Protocolo foi renovado para um segundo período de compromissos durante a COP 18, em Doha (2012), que deve durar até o ano de 2020, também sem a assinatura dos EUA (MOREIRA, 2013).

No ano de 2005, em Montreal, tiveram início oficialmente as discussões internacionais do período pós-Quioto, ou seja, de definição de um acordo global que substitua o KP após 2020. Este acordo veio ao final de 2015, com a realização da COP 21, a Conferência do Clima de Paris. O Acordo de Paris, resultado da COP 21, é o primeiro acordo climático que reúne todas as nações em torno de uma causa comum (mitigação e adaptação às mudanças climáticas). O objetivo central do Acordo de Paris é aprimorar a resposta global à ameaça das mudanças climáticas limitando o aumento da temperatura global abaixo dos 2°C, além de aumentar a capacidade dos países para lidarem com os impactos das mudanças climáticas por meio de apoio financeiro, tecnológico e de construção de capacidade.

O Acordo de Paris requer que todas as Partes submetam as suas INDCs da forma mais ambiciosa possível, dentro de suas capacidades nacionais, o que tem sido feito pelos países desde então (UNITED NATIONS, 2015). O acordo entrou em vigor em 4 de novembro de 2016, quando pelo menos 55 Partes da Convenção do Clima, que respondem por ao menos 55% das emissões totais de GEE, depositaram seus instrumentos de ratificação. A entrada em vigor do acordo substituiu a ex-

pressão para NDC, já que os compromissos deixam de ser intenções. O Acordo foi assinado pelos EUA ao final da gestão de Barack Obama, em 2016, o que abriu caminho para que diversos outros países também o assinassem e ratificassem. No entanto, antes de completar 100 dias de governo, o atual presidente dos EUA retirou o país do Acordo. Nos dois próximos itens, buscamos compreender as razões desta decisão, não sem antes traçar um breve panorama da política climática dos EUA ao longo da construção do regime internacional de mudanças climáticas que discutimos neste primeiro item.

## **Política climática dos EUA: breve contexto**

Desde o início das negociações internacionais sobre o tema, na Conferência do Rio, em 1992, os EUA adotaram uma postura bloqueadora para a adoção de ações de mitigação obrigatórias só para os países desenvolvidos. Durante o Governo Clinton houve uma tentativa de levar a agenda climática adiante, mas as resistências domésticas também impediram que o país ratificassem o PK. Essa posição bloqueadora foi bem característica do Governo George W. Bush, que sequer reconhecia as mudanças climáticas como um grande desafio que precisava ser combatido, postura que mudou com o Governo Obama.

Os EUA ratificaram a Convenção em 1992, durante a administração de George Bush, aceitando, portanto, os termos do tratado (inclusive o 'princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas') e os incorporando às leis e políticas norte-americanas. O KP foi ratificado pela maior parte dos países Partes da Convenção até o início dos anos 2000 e entrou em vigor em 2005 com a ratificação da Rússia. Após a ratificação da Austrália em 2008, os EUA se tornaram o único país Parte do Anexo I a não aceitar o acordo. Segundo Vandever

e Selin (2010,319, tradução livre dos autores), a recusa do país em ratificar o documento resultou em uma “influência reduzida dos EUA durante as negociações das COPs sobre regras e procedimentos, particularmente após 2001, quando a administração W. Bush se opôs oficialmente à ratificação dos EUA e à entrada em vigor do PK”.

Outro elemento doméstico fundamental para entendermos a recusa dos EUA em ratificar o KP foi a aprovação da resolução Byrd-Hagel, em 1997, pouco antes da adoção do Protocolo. Esta resolução, aprovada por unanimidade no Senado, direcionava o presidente a não assinar qualquer acordo de redução das emissões de GEE que não requeresse também que países em desenvolvimento reduzissem ou limitassem suas emissões. Royden (2002, p.21), citado por Moreira (2014), afirma que o Senado dos EUA impedia o governo de assinar qualquer acordo global que (a) ordenasse novos compromissos para limitar ou reduzir emissões de gases-estufa “a não ser que o protocolo ou outro acordo também ordenasse novos compromissos fixados para limitar ou reduzir emissões de gases-estufa para os países em desenvolvimento dentro do mesmo período de conformidade”, ou que (b) resultasse em sérios danos à economia dos EUA. Desta forma, a resolução é um dos maiores constrangimentos domésticos para a ação climática internacional dos EUA.

Adotando uma postura negacionista com relação às evidências científicas das mudanças climáticas e amparado pela resolução Byrd-Hagel, que mostrava a oposição do Senado à participação dos EUA em um acordo global para lidar com o problema, George W. Bush iniciou sua presidência em 2001 rejeitando o KP em meio à publicação do Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC. Essa posição ficou clara já nos primeiros cem dias de mandato, durante os quais o presidente enviou uma carta a alguns senadores republicanos, esclarecendo que se opõe ao KP “porque ele isenta 80% do

mundo, incluindo grandes centros populacionais como a China e a Índia, de compliance, e causaria sérios prejuízos à economia norte-americana” (IOS PRESS, 2001, s/p, tradução livre<sup>4</sup>).

Ao longo da administração W. Bush, não houve reconhecimento das evidências científicas sobre as causas e impactos das mudanças climáticas e a política externa para as mudanças climáticas foi praticamente inexistente, distanciando o país do regime internacional de mudanças climáticas. O governo de George W. Bush partia da alegação de que os países em desenvolvimento tinham “passe livre” para suas emissões, enquanto a economia norte-americana seria prejudicada, fazendo com que a discussão para a assinatura de qualquer acordo internacional de cumprimento obrigatório para o país sequer fosse considerada. Domesticamente, o Governo Bush promovia a construção de refinarias de petróleo, usinas nucleares e oleodutos, mostrando baixo interesse em investir em fontes renováveis de energia (ROSENCRANZ, 2002).

A falta de ação internacional para as mudanças climáticas é justificada por W. Bush com o argumento de que, segundo Rosencranz (2002, p. 489)

(...) sob o KP, os EUA teriam tido que fazer cortes profundos e imediatos em nossa economia para cumprir uma meta arbitrária, o que teria custado à economia mais de 400 bilhões de dólares e 4,9 milhões de empregos, enquanto os países em desenvolvimento como China e Índia já respondem pela maioria das emissões mundiais de GEE (ROSENCRANZ, 2002, p.489, *tradução livre*<sup>5</sup>).

4. Texto original: “because it exempts 80 per cent of the world, including major population centers such as China and India, from compliance, and would cause serious harm to the US economy” (IOS PRESS, 2001, s/p).

5. Texto original: (...) under the Kyoto Protocol, the U.S. would have had to “make deep and immediate cuts in our economy to meet an arbitrary target.” It would have cost our economy up to \$400 billion and we would have lost 4.9 million jobs.”<sup>44</sup> He also noted that “developing countries such as China and India already account for a majority of the world’s greenhouse gas emissions (ROSENCRANZ, 2002, p.489)

O corte de empregos e os custos econômicos são temas muito sensíveis à opinião pública norte-americana que, de acordo com estudo realizado por Borick (2010), apoia ações para combater as mudanças climáticas, mas não quer pagar diretamente pelos avanços. Depois de uma administração desastrosa de Bush filho para as mudanças climáticas, Barack Obama chegou ao poder em 2009 trazendo a esperança e as expectativas de governantes, cientistas e ativistas de todo o mundo preocupados com a questão climática, de uma política norte-americana mais ambiciosa para o tema, interna e externamente (VANDEVEER;SELIN, 2010).

Assim que assumiu seu primeiro mandato como presidente dos EUA, Obama fez questão de se diferenciar de seu antecessor em seu posicionamento com relação às mudanças climáticas, aceitando as evidências científicas sem qualquer reserva e trazendo propostas para uma lei climática nacional (MILDNER; RICHERT, 2010). Obama garantiu que os EUA se engajariam vigorosamente nas negociações e ajudariam a liderar o mundo em direção a uma nova era de cooperação climática (KINCAID; ROBERTS, 2013). Portanto, em nível internacional, Obama tentava recuperar a legitimidade perdida e reconstruir a base de valores comuns entre as nações aliadas, buscando uma liderança global no tema e aumentando o envolvimento dos EUA nas negociações da ONU (MILDNER; RICHERT, 2010).

Domesticamente, Obama e o 111º Congresso dos EUA são considerados os primeiros atores políticos nos EUA a “fazer algo” pelo clima. Em seu primeiro discurso para o Congresso, em 2009, Obama pediu para “este Congresso me enviar legislação que coloque um mecanismo baseado no mercado para a poluição de carbono e guie a produção de mais energia renovável na América” (RABE,2010, p.7). Dentre as iniciativas de política climática de Obama, Rabe(2010) destaca que, em 2009, passou por pouco na Câmara dos Deputados legislação

que pretende reduzir as emissões dos EUA em 17% até 2020 com relação aos níveis de 2005 (*American Clean Energy and Security Act*) e que foi apresentada como proposta durante a Conferência de Copenhague (COP 15), em 2009. O autor ainda afirma que uma realidade negligenciada é que o desenvolvimento da política climática tem sido bastante ativo nos EUA, embora mais nos níveis locais e estaduais do que no federal.

É importante esclarecermos brevemente como funciona a política climática dos EUA no âmbito doméstico, no qual existe uma pluralidade de atores envolvidos em definir a agenda de mudanças climáticas ou tentando evitar que o tema faça parte da agenda política doméstica. De um lado estão as grandes ONGs ambientais e a comunidade científica, alguns estados como Califórnia ou Nova York, e ainda algumas indústrias voltadas para energias renováveis e tecnologia ‘verde’, que forcem uma tomada de ação em mudanças climáticas. De outro lado, existe um número de indústrias (como as ligadas à exploração de combustíveis fósseis) que agem como bloqueadoras de ações climáticas. Além disso, outros importantes atores são os dois partidos políticos, Republicano e Democrata, cujos representantes podem tanto bloquear quanto pressionar por mais ações voltadas às mudanças climáticas, dependendo muito do estado e interesses locais aos quais eles respondem (MOREIRA, 2014).

Mildner e Richert (2010) analisam o envolvimento dos EUA nas negociações multilaterais para as mudanças climáticas, destacando que o país adota uma postura pragmática com relação ao multilateralismo, forçando China e Índia a adotarem compromissos e ao mesmo tempo buscando outros trilhos de negociações. Kincaid e Roberts (2013) analisam a política climática de Obama sob a perspectiva teórica dos Jogos de Dois Níveis (PUTNAM,1988), e afirmam que, apesar de uma fala bastante eloquente, o presidente norte-americano

não foi muito além nas ações, pois não havia apoio no Congresso. Nesse jogo entre o doméstico e o internacional os negociadores devem balancear os benefícios que conseguem ao agradar o eleitorado doméstico, enquanto minimizam as consequências adversas dos desenvolvimentos externos. Segundo os autores:

Este é claramente o caso dos EUA com as mudanças climáticas, já que os estados produtores de carvão e fóssil-dependentes têm quase que poder de veto sobre qualquer tratado, devido a regras constitucionais que exigem 67 votos de 100 no Senado para a aprovação de um tratado. A política interna enfrentada por uma administração que busca fazer 'história climática' é um misto complexo não apenas de dependência energética fóssil e política 'de esteira', mas também de uma crescente conscientização sobre os impactos climáticos e de uma orientação cultural e política (KINCAID; ROBERTS, 2013, p.42).

De W. Bush a Obama, portanto, os EUA passaram de uma política externa para as mudanças climáticas altamente desinteressada para uma tentativa de liderança do processo. Inicialmente, a política externa foi marcada pelo não reconhecimento das evidências científicas que comprovam o problema, pelo repúdio ao PK e pela crença de que os avanços tecnológicos seriam capazes de fazer os países liderem com as 'possíveis' mudanças climáticas. Depois, ela partiu do reconhecimento do problema e da necessidade de combater este que é o maior desafio deste século para expressar uma vontade de devolver a liderança do processo negociador aos EUA e, de fato, colaborar para o tratamento multilateral da questão, objetivos ainda não concretizados.

Ao mesmo tempo, o país se engajou também em acordos bilaterais e regionais e desenvolveu ações domésticas mais arrojadas do que as promessas feitas durante as conferências analisadas. Por seu sistema político federativo, com um grau

significativo de autonomia aos estados, e com uma grande influência do Congresso nacional nas decisões de política externa, como exemplificado com a resolução Byrd-Hagel, bem como dos *lobbies* e outros atores domésticos, é necessário reconhecer que o papel internacional dos EUA nas negociações climáticas é profundamente determinado pelos fatores domésticos. Estes elementos também devem ser considerados na análise sobre a decisão do atual presidente norte-americano de retirar os EUA do maior e mais robusto acordo global para as mudanças climáticas, como veremos a seguir.

### **A saída do Acordo de Paris: análise sobre a política climática doméstica**

Eleito em novembro de 2016 para a presidência dos EUA, o republicano Donald Trump iniciou o seu mandato no dia 20 de janeiro de 2017. A campanha do atual presidente era clara em relação ao tema das mudanças climáticas: negar o aquecimento global como resultado das ações humanas. Ao longo dos meses o presidente criticou as ações do ex-presidente Obama, indicando a possível saída do Acordo de Paris. A retirada dos EUA do acordo não ficou apenas no discurso, Trump anunciou a decisão no dia 1 de junho de 2017. O argumento central da saída foi econômico, afirmando que o acordo não era favorável aos EUA, que estaria em desvantagens em relação aos demais países, como a China. O presidente ainda reiterou o não cumprimento da INDC e a suspensão dos financiamentos do Fundo Verde do Clima (WHITE HOUSE, 2017; AGAÇAVAK; NASH; SAHIN, 2017).

A proposta de retirada dos EUA do Acordo de Paris não foi exclusividade da campanha de Trump, já que as campanhas eleitorais de Marco Rubio e Ted Cruz, ambos pelo Partido Republicano, afirmaram que o aquecimento global não é causado por ações

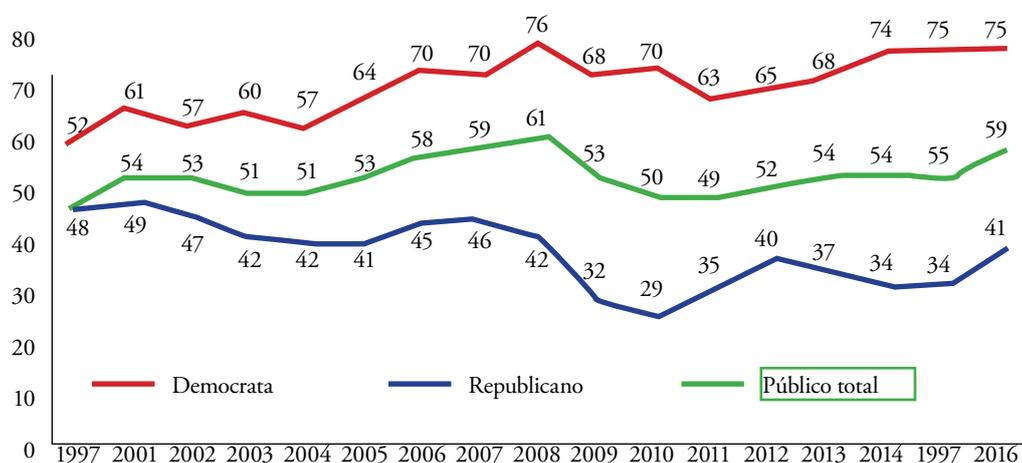
humanas, mostrando descrença nos principais estudos científicos. Os três candidatos defendiam que a economia dos EUA não pode ser afetada por um acordo de redução de emissão, e, criticando o presidente Obama, reiteravam a saída do Acordo de Paris (ZEZIMA, 2015; YUHAS, 2016). Os candidatos democratas adotavam o discurso oposto, principalmente Bernie Sanders (Partido Democrata), que tratava as mudanças climáticas como ameaça global. A candidata também democrata, Hillary Clinton, apoiou as ações de Obama, prometeu manter o país no Acordo de Paris e investir em energias solar e eólica. Portanto, não só Trump reverteria políticas climáticas da gestão Obama, os outros candidatos republicanos também seguiriam a mesma política (KOCH 2016; MOONEY,2016).

Os estudos sobre a divisão entre os dois partidos indicam a divergência em diversos temas. A divisão sobre questões ambientais é antiga e recorrente nas eleições e na agenda dos EUA, como vimos no item anterior. As mudanças climáticas e o aquecimento global são um exemplo claro da divisão do pensamento dos partidos e também dos seus eleitores. A percepção de que o aquecimento global já está em curso, se altera com os anos, baseada nos momentos da economia, e nas consequências

positivas ou negativas para a população (EGAN; MULLIN 2017; DUNLAP; MCCRIGHT; YAROSH, 2016). Dunlaup, McCright e Yarosh (2016) fazem uma análise sobre a divisão entre os dois partidos no âmbito das mudanças climáticas. O artigo indica com alguns gráficos as diferenças de opinião de entrevistados em temas relacionados às mudanças climáticas, como o questionamento se o aquecimento global já está em curso. No caso dos republicanos a descrença sobre o início do aquecimento global é evidente, sobretudo nos anos entre 2008 e 2012, período da crise econômica global. Os números dos democratas são em média altos, acreditando na ocorrência do aquecimento, com crescimento nos anos recentes. Os valores oscilam para os dois partidos e para a população em geral, o que segundo os autores é explicado por fatores econômicos, condições climáticas anormais, a atenção da mídia e as conferências globais. A população em geral mantém uma média dividida, com variações ao longo dos anos, com um patamar elevado em 2016, 59%, como mostra o Gráfico 1.

Um segundo ponto recorrente de divergência está nas causas do aquecimento global. Grande parte dos democratas acredita que as ações da humanidade causam o aquecimento global, ou seja, que as ações

GRÁFICO 1- Respostas sobre o início do aquecimento global estar em curso, por partido e população.



antrópicas são as grandes responsáveis pelo problema, como a exploração de combustíveis fósseis como a base energética principal do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a principal ação de combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas residiria nas reduções das emissões de GEE. Parte dos republicanos, ao contrário, reluta em aceitar as evidências científicas das mudanças climáticas, questionam os relatórios do IPCC e a credibilidade dos dados, como fizeram George W. Bush e, mais recentemente, Donald Trump. Um segundo estudo apontado no artigo de Dunlap, aponta que em 2016 84 % dos democratas acreditam na influência do homem e apenas 43% dos republicanos (DUNLAP;MCCRIGHT; YAROSH, 2016).

Os riscos advindos da mudança climática são difíceis de medir, mas existe uma janela de oportunidade para evitar que estas mudanças sejam catastróficas e perigosas. Mesmo com as ações dos Estados, que ainda são considerados os principais atores, podem ser irreversíveis, se esta janela de oportunidade for perdida. Os riscos ainda são invisíveis para algumas localidades, mas já causam problemas em diferentes regiões do planeta, o que deve se agravar nos próximos anos (FERREIRA, 2017). Os EUA foram até 2007 o maior emissor global de GEE, sendo ultrapassados pela China naquele ano. A sociedade dos EUA não tem no aquecimento global um dos temas prioritários na sua agenda. Os riscos são futuros e invisíveis para a população, que está preocupada em priorizar o bem-estar presente. A análise do aquecimento global como um problema futuro, impacta nas ações do presente, como adotar ações na redução de emissões, o que significa mudar o cotidiano da população, as formas de produção e consumo (EGAN; MULLIN, 2017; DUNLAP;MCCRIGHT; YAROSH, 2016).

A percepção dos riscos por parte da população, as divergências entre os partidos e os impactos econômicos advindos de ações de combate ao

aquecimento global, e o posicionamento do Congresso, como a resolução Byrd-Hagel adotada em 1997 e ainda em vigor, são elementos importantes para a compreensão do posicionamento dos EUA no regime internacional de mudanças climáticas. Domesticamente, a retirada dos EUA do Acordo de Paris foi facilitada devido ao processo de assinatura. O ex-presidente Barack Obama, antecipando dificuldades na ratificação do documento junto ao congresso, se utilizou da condição presidencial para assinar o acordo. Por se tratar de um acordo internacional, existe a possibilidade de assinatura presidencial, sem a participação do congresso, naquele momento com maioria republicana. O presidente Donald Trump também se utilizou da não ratificação do congresso para deixar de fazer parte do Acordo de Paris. O que muitos temiam era a saída dos EUA da Convenção do Clima, mas que por ter sido ratificada pelo congresso, exigiria um tempo e esforços maiores (BODANSKY, 2015; HERMOWILLE,2016; KEMP, 2017).

A retirada dos EUA do Acordo não é imediata, já que, em seu Artigo 28, o documento esclarece que uma Parte pode se retirar do Acordo, mas o processo levaria três anos após a entrada do Acordo em vigor, o que ocorreu ao final de 2016. Após a notificação da Parte, se espera mais um ano para a saída, que deverá ocorrer em novembro de 2020, ano de eleições presidenciais nos EUA. A saída só seria imediata com a tentativa no congresso de retirar o país da Convenção do Clima, o que Trump não fez (HERMOWILLE, 2016).

O Acordo de Paris não possui metas obrigatórias de redução das emissões, mas as INDCs indicam os esforços individuais dos países. A INDC dos EUA visa a redução das emissões de GEE entre 26% e 28%, comparadas aos níveis de 2005. O presidente Trump defende a não restrição na utilização de combustíveis fósseis, o que voltaria a gerar empregos nas indústrias ligadas a setores de energias não renová-

veis, carvão e petróleo. A redução das emissões dos EUA nos últimos anos está centrada na substituição dos combustíveis, com aumento significativo do uso do gás natural, solar e eólica. A INDC está conectada com a substituição da matriz energética, que vem ocorrendo nos anos recentes, mas que sofrerá mudanças, caso Trump volte a incentivar os combustíveis não renováveis (HERMWILLE, 2016; AGAÇAVAK; NASH; SAHIN, 2017).

A campanha de Trump tinha como *slogan* América em Primeiro Lugar. Ikenberry (2017) analisa a doutrina da América em Primeiro Lugar como um ato de sabotagem à ordem liberal que os próprios EUA criaram ao final da Segunda Guerra Mundial. As decisões de Trump, nesse sentido, vão contra as ideias que foram a base da criação do sistema internacional do pós-guerra, como o comércio, as alianças, o direito internacional, o multilateralismo, a proteção ambiental e os direitos humanos. De acordo com o autor, em todos estes temas, o presidente Trump tem feito pronunciamentos e tomado decisões que dão fim ao papel dos EUA como os garantidores da ordem mundial liberal (IKENBERRY, 2017). Segundo reportagem de Paul Adams (2017) para a BBC logo após o anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris assessores do presidente afirmam que a América em Primeiro Lugar significa a “restauração da liderança americana e o papel tradicional do nosso governo internacionalmente – usar os recursos diplomáticos, econômicos e militares dos EUA para aumentar a segurança americana e ampliar a influência americana em todo o mundo” (ADAMS, 2017, s/p). Ainda de acordo com a mesma reportagem, ao contrário, os críticos ao governo Trump afirmam que os assessores pensaram os EUA à imagem do seu chefe, o presidente: “egoísta, isolado, brutal, dominador e impulsionado por instintos, em vez de ideais e interesses de longo prazo” (ADAMS, 2017, s/p).

As ações tomadas pelo atual presidente parecem reafirmar essa visão de que o país abandona princípios colaborativos e age em termos de competição por maiores vantagens e de uma rejeição geral ao multilateralismo, isolando o país dentro do sistema internacional, suas instituições e acordos. Isso também se reflete na agenda ambiental e de combate às mudanças climáticas, que perdeu qualquer prioridade no âmbito doméstico. O primeiro ato do presidente Trump contra o combate às mudanças climáticas foi eliminar o plano criado na gestão Obama, o Plano de Energia Limpa, que era responsável por guiar a política de redução das emissões. Na área de energia, Trump manteve o mesmo discurso criando o Plano de Energia da América em Primeiro Lugar, que visa retomar os empregos nas indústrias de energias não renováveis, carvão principalmente. O principal argumento da mudança de política está no retorno de empregos. A substituição do plano de Obama foi a indicação para a saída do Acordo de Paris (HERMWILLE, 2016; WHITE HOUSE, 2017). As escolhas dos seus aliados demonstraram a inclinação de Trump contra políticas de combate às mudanças climáticas. O secretário de energia nomeado foi Rick Perry, ex-governador do Texas, ligado à indústria de combustíveis fósseis e descrente da responsabilidade das ações humanas no aquecimento global. Trump elegeu para a Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês) Scott Pruitt, também um cético sobre o aquecimento global (BANERKJEE, 2017).

A iniciativa de Trump em retomar os empregos via energias fósseis diverge dos investimentos nacionais, que estão concentrados nos últimos anos em renováveis e principalmente no gás natural. A indústria de carvão, defendida por Trump, não é competitiva em relação ao gás natural, que tem menor impacto sobre o clima. Os valores da energia solar e eólica têm diminuído e as tecno-

logias têm avançado, tendências que Trump não poderá frear. No entanto, as políticas de Trump devem dificultar a meta proposta pelos EUA na sua INDC, devido ao setor de energia ser o principal na redução das emissões (HERMWILLE, 2016; KEMP, 2017).

No discurso de decisão da retirada dos EUA do acordo, o presidente Trump qualificou o acordo como injusto, pois não há esforços maiores por parte de grandes países emergentes, como a China e a Índia, por exemplo. Segundo o presidente, perante o acordo, os EUA estariam 'proibidos' de abrir novas indústrias de carvão, ao contrário da China que estaria livre para fazer investimentos, e a Índia para dobrar o número de suas indústrias. O discurso tratou em grande parte sobre a perda de empregos e a substituição do mercado dos EUA por outras economias, China e Índia. O discurso de Trump é muito parecido com o discurso de Bush filho, para justificar a não ratificação do KP. O enfoque na América em Primeiro Lugar está presente no discurso, com destaque para o argumento de que os EUA não podem perder competitividade, como podemos identificar no trecho abaixo:

Os Estados Unidos, sob a administração Trump, continuarão a ser o país mais limpo e o mais ambientalmente amigável no planeta. Nós seremos mais limpos. Nós teremos o ar mais limpo. Nós teremos a água mais limpa. Nós seremos ambientalmente amigáveis, mas nós não colocaremos nossos negócios fora do trabalho e nós não perderemos nossos empregos. Nós vamos crescer; nós vamos crescer rapidamente (WHITE HOUSE, 2017, s/p, tradução livre<sup>6</sup>).

Em oposição às dificuldades do Congresso

6. Texto original: The United States, under the Trump administration, will continue to be the cleanest and most environmentally friendly country on Earth. We'll be the cleanest. We're going to have the cleanest air. We're going to have the cleanest water. We will be environmentally friendly, but we're not going to put our businesses out of work and we're not going to lose our jobs. We're going to grow; we're going to grow rapidly (WHITE HOUSE, 2017, s/p).

norte-americano no tema, exemplificada na resolução Byrd-Hagel, e ao retrocesso do posicionamento do governo, os atores subnacionais e não-estatais têm assumido a liderança do processo, mudando o eixo de ação com relação às mudanças climáticas. Imediatamente ao anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris, um grupo, liderado pelo ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg, e representado por cidades, estados e empresas norte-americanas declarou que pretende submeter um plano à Convenção do Clima para cumprir as metas de redução das emissões de GEE dos EUA sob o Acordo. A rede de cidades comprometidas com o combate às mudanças climáticas C40, criada em 2005 e que conta com a participação de cidades estadunidenses, dentre outras, participou da COP-21, demonstrando que pode fazer contribuições significativas para que a meta de limitar o aumento da temperatura abaixo dos 2°C seja alcançada. Isso mostra que, tanto em nível doméstico quanto global, outros atores permanecem comprometidos com o Acordo de Paris e com as tendências globais de implementação de economias de baixo carbono.

Apesar das intenções, formalmente, apenas Estados podem tornar-se partes do Acordo de Paris e inexistem mecanismos que prevejam a contribuição formal de outras entidades, o que não significa que as reduções de emissões não podem ser alcançadas por outros agentes que não os Estados. Apesar das questões técnicas, a retirada dos EUA do Acordo de Paris não deve ter dificuldades internas, já que o acordo não havia sido ainda ratificado pelo Senado, como discutido anteriormente. O Acordo de Paris não é legalmente vinculante, no que tange a redução de emissões, não há penalidades. Por outro lado, as Partes devem informar os seus compromissos, indicar metas ambiciosas na revisão de NDC e fornecer dados das ações implementadas.

## Considerações finais

De modo geral, podemos afirmar que os Estados Unidos da América são um dos maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa, só perdem para a China em termos absolutos, e a magnitude de suas contribuições reflete não só a escala de sua economia, mas também as suas emissões *per capita*, as maiores do mundo. O país é claramente parte significativa do problema das mudanças climáticas, mas não é parte da solução, sendo o único país desenvolvido que não ratificou o KPaté hoje e, mais recentemente, abandonou o maior acordo global de combate às mudanças climáticas da história, o Acordo de Paris (HARRISON,2010).

No nível internacional, os EUA historicamente se posicionaram contra o KP, agindo como bloqueadores das negociações climáticas durante os governos republicanos de Bush pai e filho. Os governos democratas de Clinton e Obama foram abertos às negociações e a assumir uma liderança global no tema, especialmente o último, que colocou os EUA de volta na trilha das negociações sob a Convenção, determinou planos nacionais como o de energia limpa e comprometeu o país com as suas INDCs sob o Acordo de Paris. O governo Donald Trump, como vimos, retoma um discurso, ainda que muito menos sofisticado, de defesa dos empregos locais, de culpabilizar outros países em rápido desenvolvimento e menor responsabilidade histórica, e de negação das evidências científicas e, portanto, de descrédito da Ciência.

Além disso, mostramos que outro fator importante é analisar a composição e comprometimento do Congresso norte-americano, que conta hoje com maioria republicana, um partido que historicamente adota posições contrárias ao maior comprometimento do país em decisões globais de combate às mudanças climáticas. Ainda com relação à atuação do Congresso, é importante destacar,

como vimos, a aprovação por unanimidade da resolução Byrd-Hagel em 1997, que condiciona a ratificação de qualquer acordo global que prejudique a economia norte-americana e que não engaje os grandes países emergentes, como a China, em ações de magnitude equivalente. As resistências ainda se dão por outros atores internos, que representam interesses de indústrias de exploração de combustíveis fósseis, e de parte da opinião pública norte-americana, que em geral é a favor do combate às mudanças climáticas, até o momento em que medidas domésticas para enfrentar este problema interferiram negativamente nos custos com energia, nos preços dos combustíveis e na oferta de empregos.

Com relação aos impactos e consequências da decisão norte-americana de abandonar o Acordo de Paris, podemos fazer algumas observações. A primeira é a de que, no âmbito doméstico, há uma mudança no eixo da liderança dos EUA no combate às mudanças climáticas, que passa para os atores subnacionais e não-estatais, dando destaque à importância crescente das cidades para o estabelecimento de políticas de redução das emissões globais de GEE e de grupos de interesses orientados a uma economia de baixo carbono, ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, entre outros. Nesse sentido, muitas ações lideradas por outros atores subnacionais e não-estatais independem de Washington e podem reduzir significativamente o impacto da retirada dos EUA do Acordo de Paris.

Internacionalmente, os EUA, ao rejeitarem o multilateralismo e as bases da ordem mundial liberal que eles mesmos criaram, abrem mais um espaço de atuação para a China, que é hoje o maior emissor de gases de efeito estufa em termos absolutos. Diante das reações negativas de líderes de diversos países, e dispostos a ocupar um espaço de liderança que vem sendo aberto pelos EUA, China e União Europeia se aliam para manter os compromissos internacionais de combate às mudanças cli-

máticas. É claro que a saída dos EUA, o segundo maior emissor global de GEE, é prejudicial, já que os esforços globais perdem um ator que é responsável por 15% das emissões globais. No entanto, o processo negociador do Acordo de Paris contou com grandes esforços de negociação de todos os países membros da Convenção do Clima durante anos, levando à adoção de um acordo robusto baseado em compromissos definidos por cada país a partir de suas especificidades domésticas, o que o torna menos suscetível a decisões unilaterais como a tomada pelo atual presidente dos EUA. Além disso, é importante lembrar que o processo de saída dos EUA do Acordo de Paris deverá levar ao menos três anos, o que pode não acontecer antes que o país decida se irá reeleger Trump ou escolher um novo representante que não dê andamento a este processo

## Referências

- AGAÇAVAK, Tuğba; NASH, Sarah; SAHIN, Ümit. 2017. The Trump Effect on Climate Policy: Hard Times for Global Climate Action. **Istanbul Policy Center**. Disponível em: <[http://ipc.sabanciuniv.edu/wp-content/uploads/2017/04/The-Trump-Effect-on-Climate-Policy\\_U.Sahin\\_T.Agacayak\\_S.L.Nash\\_.pdf](http://ipc.sabanciuniv.edu/wp-content/uploads/2017/04/The-Trump-Effect-on-Climate-Policy_U.Sahin_T.Agacayak_S.L.Nash_.pdf)>. Acesso 21 ago. 2017
- ADAMS, Paul. 'AmericaFirst?': o que a decisão de Trump de retirar EUA do acordo do clima diz sobre liderança global. **BBC News**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40131127>. Acesso 21 ago. 2017.
- BANERKJEE, Stuti. 2017. Changes in the US Foreign Policy of President Trump (post inauguration). **Indian Council of World Affairs**, n.27, p 1- 13, 2017. Disponível em: <<http://www.icwa.in/pdfs/IB/2014/ChangesintheUSForeignPolicyIB27042017.pdf>>. Acesso 20 ago. 2017
- BODANSKY, Daniel. Legal Options for U.S. Acceptance of a New Climate Change Agreement. **Center for Climate and Energy Solutions**. 2015. Disponível em: <<http://www.c2es.org/docUploads/legal-options-us-acceptance-new-climate-change-agreement.pdf>>. Acesso 21 ago. 2017
- BORICK, Christopher. American Public Opinion and Climate Change. In: RABE, Barry (ed.). **Greenhouse Governance**. Washington: Brookings Press, 2010
- DUNLAP, Riley; MCCRIGHT, Aaron; YAROSH, Jerrod. 2016. The Political Divide on Climate Change: Partisan Polarization Widens in the U.S. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v.58, n.5, p.4-23, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00139157.2016.1208995>>. Acesso 20 ago. 2017
- EGAN, Patrick; MULLIN, Megan. 2017. Climate Change: US Public Opinion. **Annual Review of Political Science**, v.20, May, 2017, p209-227, 2017. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-polisci-051215-022857>>. Acesso em 20 ago. 2017
- FERREIRA, Leila. **O desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017
- HARRISON, K. The United States as Outlier: Economic and Institutional Challenges to US Climate Policy. In: HARRISON, K; SUNDSTROM, M (eds.). **Global Commons, Domestic Decisions: the comparative politics of climate change**". Editors Harrison, K; Sundstrom, M. Massachusetts: The MIT Press, 2010
- HERMWILLE, Lukas. Writings on the Wall: What the US Elections Mean for International Climate Policy. **Wuppertal Institute**. 2016. Disponível em: <[https://epub.wupperinst.org/files/6596/6596\\_Hermwille.pdf](https://epub.wupperinst.org/files/6596/6596_Hermwille.pdf)>. Acesso 19 ago. 2017
- HULME, Mike. **Why we disagree about climate change: understanding controversy, inaction and opportunity**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2009
- INTERNATIONAL PANEL CLIMATE CHANGE. Summary for Policymakers. In: Edenhofer, O; et al. **Climate Change 2014**. Mitigation of Climate Change. New York: Cambridge University Press, 2014
- IKENBARRY, John. **The Plot Against American Foreign Policy: can the liberal order survive?** ForeignAffairs. 2017. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/United-states/2017-04-17/plot-against-american-foreign-policy>>. Acesso 05 dez. 2017.
- IOS Press. **Letter from the President George W. Bush to Senators Hagel, Helms, Craig, and Roberts**. 2001 Disponível em: <<https://content.iospress.com/download/environmental-policy-and-law/epl31-2-16?id=environmental-policy-and-law%2Fep31-2-16>>. Acesso em 20 ago. 2017
- KRASNER, S. D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982a.
- KEMP, Luke. US-proofing the Paris Climate Agreement. **Climate Policy**, v.17, n.1, p.86-101, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14693062.2016.1176007>>. Acesso em 20 ago. 2017
- KINCAID, Graciela; ROBERTS, Timmons. No Talk, Some Walk: Obama Administration First-Term Rhetoric on Climate Change and US International Climate Budget Commitments. **Global Environmental Politics**, v.13, n. 4, p. 41-60, 2013. Disponível em: <[http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/GLEP\\_a\\_00197](http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/GLEP_a_00197)>. Acesso 10 ago. 2017).
- LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações Internacionais**

e **Temas Sociais** – a Década das Conferências. Brasília: IBRI, 2001

MILDNER, Stormy-Annika; RICHERT, Jörn. Going Green? The new US climate policy under Barack Obama. *In*: DROGE, S (ed.). **International Climate Policy: priorities of key negotiating parties**. Berlin: SWP, 2010

MOONEY, Chris. What the election outcome will really mean for climate and energy. **Washington Post**. 2016. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/energy-environment/wp/2016/11/03/what-the-election-outcome-will-really-mean-for-climate-and-energy/?utm\\_term=.e9912704d2b1](https://www.washingtonpost.com/news/energy-environment/wp/2016/11/03/what-the-election-outcome-will-really-mean-for-climate-and-energy/?utm_term=.e9912704d2b1)>. Acesso 21 ago. 2017

MOREIRA, Helena Margarido. A formação da nova geopolítica das mudanças climáticas. **Sustentabilidade em Debate**, v.4, n.1, p. 275-292, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/9211>>. Acesso 05 dez. 2017

MOREIRA, Helena Margarido. **A formação da nova geografia política das mudanças climáticas: o papel de Estados Unidos e China** [tese]. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

KOCH, Wendy. Voter's Guide: Compare Candidates on Climate and Energy. **National Geographic**. 2016. Disponível em: <<http://news.nationalgeographic.com/energy/2016/01/voters-guide-how-the-candidates-compare-on-climate-and-other-issues/>>. Acesso 21 ago. 2017

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **Internacional Organization**, v. 42, n.3, p.427-460, 1988 Disponível em:<[https://www.jstor.org/stable/2706785?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2706785?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso 10 ago. 2017

RABE, Barry. Introduction: The Challenges of US Climate Governance. *In*: RABE, Barry (ed.). **Greenhouse Governance**. Washington: Brookings Press, 2010

ROSENCRANZ, Amin. U.S. climate change policy under G.W. Bush. **Golden Gate University Law Review**, v.32, n.4, p. 479-491, 2002 Disponível em: <<http://digitalcommons.law.ggu.edu/ggulrev/vol32/iss4/4>>. Acesso 22 ago. 2017

ROYDEN, Amy. U.S climate change policy under president Clinton: a look back. **Golden Gate University Law Review**, v. 32, n.4, 2002. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.ggu.edu/ggulrev/vol32/iss4/3>>. Acesso em 12 set. 2017

UNITED NATIONS. **Authentic texts of the Paris Agreement**. UNFCCC.2015. Disponível em <[http://unfccc.int/files/essential\\_background/convention/application/pdf/english\\_paris\\_agreement.pdf](http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf)>. Acesso 1 Dez. 2017.

VANDEVEER, Stayce; SELIN, Henrik. Re-engaging International Climate Governance: challenges and opportunities for the United States. *In*: RABE, B (ed.). **Greenhouse Governance: addressing climate change in America**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2010

VICTOR, Daniel. What the Framework Convention on Climate Change Teaches Us About Cooperation on Climate Change. **Politics and Governance**, v.4, n.3, 2016. Disponível em: <<https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/viewFile/657/657>>. Acesso em 28 ago. 2017

VIOLA, Eduardo. As Complexas Negociações Internacionais para Atenuar as Mudanças Climáticas. *In*: TRIGUEIRO, Andre (ed.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003

WHITE HOUSE. Statement by President Trump on the Paris Climate Accord.2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/06/01/statement-president-trump-paris-climate-accord>>. Acesso em 30 ago. 2017.

YUHAS, Alan. Republicans reject climate change fears despite rebukes from scientists. **The Guardian**. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/feb/01/republicans-ted-cruz-marco-rubio-climate-change-scientists>>. Acesso 21 ago. 2017

ZEZIMA, Katie. Cruz says he would withdraw U.S. from Paris climate accord if elected. **Washington Post**. 2015. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/12/22/cruz-says-he-would-withdraw-u-s-from-paris-climate-accord-if-elected/?utm\\_term=.ab62412364ee](https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/12/22/cruz-says-he-would-withdraw-u-s-from-paris-climate-accord-if-elected/?utm_term=.ab62412364ee)>. Acesso 21 ago. 2017